

A Epístola aos Romanos – Estudo 12

Elaborado por Marcelo Dantas

estudosmec@pibrj.org.br

Como lidar com o próximo

(Rm 13-14)

“O governo civil é um meio ordenado por Deus para reger e manter a ordem nas comunidades. É um dentre vários desses meios, inclusive ministros na Igreja e pais no lar. Isso significa que cada um deles tem a sua própria esfera de autoridade sob Cristo, que agora governa e sustenta a criação, e os limites de cada esfera são estabelecidos mediante referência a outras esferas. Em nosso mundo decaído, essas autoridades são instituições da “graça comum” de Deus (providência bondosa), colocadas como um anteparo contra a anarquia e contra a dissolução da sociedade ordenada.

Com referência a Rm 13.1-7 e a 1Pe 2.13-17, a Confissão de Westminster explica, como segue, a esfera do governo civil:

“Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, para a sua própria glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a ele sujeitos, e para este fim os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos Sacramentos ou o poder das chaves do Reino de Deus” (XXIII.1,3).

Pelo fato de o governo civil existir para o bem de toda a

sociedade, Deus lhe confere o “poder da espada”, o uso legal da força para aplicar as leis justas (Rm 13.4). Os cristãos devem reconhecer isso como parte da ordem de Deus (Rm 13.1-2). Um governo pode cobrar impostos pelos serviços que presta (Mt 22.15-21; Rm 13.6-7). Porém, se o governo civil proíbe aquilo que Deus exige ou exige aquilo que Deus proíbe, os cristãos não devem submeter-se, e alguma forma de desobediência civil se torna inevitável (At 4.18-31; 5.17-29).

A esfera de autoridade da Igreja relaciona-se com o governo civil no âmbito da moralidade.

A Igreja tem a responsabilidade de tecer comentários sobre a moralidade de governos e de seus programas de ação, com base na Palavra de Deus, mas não deve, ela mesma, apropriar-se do direito de ditar tais programas de ação. Visto que essas avaliações podem levar os cristãos à ação política, eles devem agir na capacidade de cidadãos e não como representantes da Igreja. Desse modo, o evangelho opera através da persuasão da graça de Deus entre os cidadãos.

Os cristãos devem exigir que os governos civis cumpram o seu devido papel. Devem orar pelos governos civis, obedecer-lhes e estar atentos com relação a eles (1Tm 2.1-4; 1Pe 2.13-14),

lembrando-os de que Deus os estabeleceu para governar, proteger e manter a ordem.” (Bíblia de Estudo de Genebra p. 1339)

Após falar sobre não dever impostos ao governo, Paulo manda que não se deva nada a ninguém, exortando as pessoas a agirem com amor uns para com os outros. A conduta dos cristãos deve demonstrar que estão revestidos das armas da luz e não de obras das trevas, contrariando a postura daqueles que são do mundo.

Ao abordar a conduta dos cristãos, Paulo começa a tratar do princípio da liberdade pessoal. “Esse problema envolve o cristão e as práticas duvidosas, (...). O crente firme tem o dever de receber bem o crente fraco, “mas não para debater opiniões”, 1, como comer, ou não, determinados alimentos, (...). Em questões de conduta em relação às quais os cristãos diferem, (...), deve vigorar o princípio da liberdade pessoal, (...). Isso proíbe desprezar ou julgar um irmão mais fraco, porque (1) Deus o recebeu como crente, (...); (2) ele é servo de outro (Cristo, o Mestre), não nosso, 4; (3) há admissíveis diferenças de escrúpulos (...); (4) respondemos à soberania de Cristo, debaixo de quem vivemos (...); (5) seremos julgados pelo juízo de Cristo (...); (6) o juízo humano, porém, não deve limitar a liberdade de nosso irmão em Cristo (...). Essa consideração proíbe colocar pedra de tropeço no caminho do próximo, (...), ainda que algo pareça bom em si mesmo, (...). O bem-estar do crente mais fraco deve ser estimado acima de nossos desejos (...).”¹

“O princípio de abstinência total de tudo quanto escandaliza é recomendado como norma cristã de viver a vida de justiça-pela-fé, a fim de que um irmão não seja tentado, não tanto para a degradação carnal, quanto para a ruína moral e espiritual pelo sufocamento da consciência. Em certas circunstâncias, nossa fé pode ter de se expressar não abertamente, senão secretamente em nossa comunhão com Deus, homem feliz é o de consciência clara. Mas o que procede contra sua consciência condena-se a si mesmo. O fator de todo importante é a fé. Mudar alguém o seu procedimento neste particular sem crer que está certo é, de fato, um pecado”².

¹ UNGER, Merril Frederick. Manual bíblico Unger. São Paulo: Vida Nova. 2006. p. 507-508

² DAVIDSON, F. O Novo Comentário da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1997. p. 1181